

INTRODUÇÃO

RAÇA E DEMOCRACIA NAS AMÉRICAS

Luiza Bairros*

Este número do Caderno CRH publica parte dos textos apresentados no *Seminário Internacional Raça e Democracia nas Américas: Brasil e Estados Unidos*, realizado em Salvador, de 22 a 26 de maio de 2000, pelo Centro de Recursos Humanos/CRH e a *National Conference of Black Political Scientists/NCOBPS*. Essa iniciativa começou a ser gestada muito antes, ainda em meados dos anos 90, quando participei de vários encontros com um ativo grupo de pesquisadores da NCOBPS. Entre eles, alguns já desenvolviam pesquisas sistemáticas sobre política racial no Brasil, outros vinham se aproximando do tema pelo interesse em estudos comparativos. Em nossas conversas, grande parte das preocupações girava em torno da necessidade de estimular a reflexão sobre temáticas ainda pouco exploradas no Brasil, particularmente nas ciências políticas. Isto porque entendíamos ser essa a área das ciências sociais que ainda se mostra mais refratária a reconhecer o racismo como um elemento estruturante das relações estabelecidas na sociedade brasileira.

Nesse sentido, formatamos uma iniciativa que possibilitasse o intercâmbio entre pesquisadores, estudantes, ativistas, parlamentares e detentores de cargos públicos, de modo a permitir o delineamento de

* Pesquisadora Associada do CRH/UFBA.

uma agenda comum de pesquisa sobre a presença negra na esfera política. Para tanto, procuramos, através do Seminário, criar um ambiente que favorecesse a comparação entre Brasil e Estados Unidos, na expectativa de estimular estudos sobre eleições e participação no parlamento; raça e opinião pública; políticas públicas; segurança; relações internacionais; movimentos sociais e lideranças políticas. Também nos interessava garantir um espaço de discussão no qual estudantes de graduação e de pós-graduação pudessem se beneficiar da interlocução com pesquisadores mais experientes, para suprir, pelo menos em parte, a carência que muitos ainda encontram nas universidades brasileiras, em especial quando se trata de orientadores afinados com seus interesses de pesquisa.

Uma proposta desta natureza, sem dúvida, envolve uma série de desafios. Estes estão associados aos riscos advindos da utilização de modelos teórico-metodológicos que desconhecem mulheres e homens negros como atores sociais, que desconsideram a influência do racismo na maneira como brancos e negros desenvolvem estratégias de identificação enquanto grupo, bem como nas suas expectativas em relação a temas que poderíamos classificar sob a rubrica de política. De igual forma, tal proposta confronta a possibilidade de construção de uma abordagem teórico-metodológica que reconheça a diversidade das experiências dos negros na diáspora, sem perder de vista as similaridades das respostas ao racismo, configuradas a partir de trajetórias históricas que produzem diferentes “mitos raciais hegemônicos”.¹

Nos Estados Unidos, a reflexão acadêmica sobre a experiência afro-norte-americana ganhou maior impulso e visibilidade a partir das conquistas do movimento pelos direitos civis, nos anos 60 e 70, que resultaram na expressiva entrada de estudantes e professores negros em universidades predominantemente brancas. Processo similar pare-

¹ Ver artigo de Michael Mitchell neste número do Caderno CRH.

ce estar acontecendo no Brasil. Também aqui se observa que as demandas colocadas pelo movimento negro, por um lado, influenciaram os rumos da investigação acadêmica sobre relações raciais e, por outro, instigaram o gradual aumento da presença afro-brasileira nos cursos de formação superior, em um contexto de expansão do ensino de pós-graduação.² Nesta tendência que relaciona maior presença negra nas universidades com maior quantidade de estudos sobre relações raciais reside outro grande desafio desta proposta: o de superar a pecha de “gueto”.

Nos meios acadêmicos, a constituição de espaços que reúnam os mesmos interesses de pesquisa é prática usual quando se quer afirmar a importância de determinadas temáticas e concentrar recursos que garantam seu desenvolvimento. Contudo, a existência de grupos e centros de pesquisa sobre a questão racial parece ser uma das únicas a merecer o epíteto de “gueto”. Não por acaso, o termo vai ser buscado no vocabulário dos estudos sobre relações raciais, criando uma aparente contradição, na qual os negros que se dedicam a entender o racismo no Brasil estariam reforçando outros níveis de sua própria segregação. Por um lado, esta perspectiva nega a possibilidade de construção de conhecimento pelos negros, presumindo que estes representariam um ponto de vista distorcido pela posição que o racismo lhes confere. Por outro, atribui aos brancos a condição de sujeito universal, capaz de responder a todas as questões colocadas pela vida em sociedade. Desse modo, cria a impressão de que ser branco é uma condição que escapa aos mecanismos racistas, escondendo o fato de que pesquisadores não-negros também expressam **seus** pontos de vista. A diferença, vale ressaltar, é que geralmente o fazem a partir do

² Ver Luiz Cláudio Barcelos *et al.* **Escravidão e relações raciais no Brasil**: Cadastro da produção intelectual (1970-1990). Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1991.

lugar de privilégios, simbólicos ou materiais, que o racismo reserva aos grupos raciais dominantes.

Esses desafios são direta ou indiretamente enfrentados pelas contribuições aqui apresentadas. No **Dossiê**, o texto de Michael Mitchell, a partir da análise das pesquisas do tipo *survey* como ferramentas para a mudança social, indica as possibilidades de construção de um quadro conceitual que permita comparações sistemáticas das atitudes políticas dos afro-brasileiros e dos afro-norte-americanos. No contexto brasileiro, Cloves Luiz Pereira Oliveira empreende uma cuidadosa revisão da literatura, evidenciando a ausência do tema negro e política entre os cientistas sociais e sugerindo uma agenda de pesquisa sobre a participação negra na política institucional.

A questão das políticas de promoção da igualdade racial é abordada por Vera Lucia Benedito, tendo em vista as particularidades de sua adoção, principalmente nos Estados Unidos, e as imprecisões conceituais que tendem a limitar as iniciativas para sua implementação como política pública no Brasil. A autora antecipa questões que só a partir de 2001, com a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, passaram a figurar com destaque no debate público brasileiro. Os desafios colocados para a organização política são discutidos por Ollie A. Johnson, que descreve e analisa os fatos que levaram à dissolução do Partido dos Panteras Negras, a mais importante e radical expressão do movimento do poder negro nos Estados Unidos. Além de explicitar os processos que contribuem para fragilizar as organizações políticas, o texto, subsidiariamente, ajuda a entender o papel do Estado como implacável regulador da prática política de diferentes grupos raciais.

Na seção **Artigos**, Muniz Gonçalves Ferreira, ancorado nas contribuições do pan-africanismo, retoma o debate sobre os nexos entre

o subdesenvolvimento do continente africano e os interesses dos países que dominam a economia mundial. Já o texto de Silvio Humberto dos Passos Cunha sinaliza outras possibilidades de abordagem das relações internacionais. Analisando o caso de Angola, o autor situa o peso da dimensão racial entre os fatores não-econômicos que marcam a política externa brasileira. Taynar de Cássia, com base na pesquisa desenvolvida em seu curso de mestrado, discute as configurações da organização política dos negros no Brasil, focalizando as irmandades religiosas leigas como mecanismos de acesso ao meio social e como territórios de permanente reconstrução da identidade étnico-racial.

A seção **Comunicações** traz a contribuição de Dyane Brito Reis, que demonstra como policiais militares constroem o perfil do suspeito a partir de noções racistas sancionadas pela sociedade. Essa é uma questão central na denúncia do movimento negro contemporâneo à violência policial. Na seção **Fontes**, Dianne Pinderhughes parte das interações cotidianas entre negros nos Estados Unidos para contextualizar os principais achados de cientistas políticos afro-norte-americanos, no campo das pesquisas de opinião pública.

Em **Pontos de Vista**, Sueli Carneiro reflete sobre o grau de controle do movimento negro sobre a direção e o alcance das mudanças que ele deflagra no Brasil, assim como questiona se os ativistas afro-brasileiros lograram uma real apropriação, prática e teórica, das contribuições de pensadores negros da África e da diáspora. Finalmente, Gey Espinheira, que embora não tenha apresentado seu texto no Seminário Raça e Democracia, oferece um contraponto às questões nele debatidas. O texto reflete sobre as possibilidades do *gênero humano* como categoria totalizante, em um mundo marcado por desigualdades que só podem ser superadas num ambiente em que a democracia e os direitos humanos constituam-se enquanto referenciais recíprocos.

Aceitem, pois, todas estas contribuições ao amplo debate sobre política racial como parte de um esforço coletivo de romper a invisibilidade de mulheres e homens negros. Destaco a invisibilidade, ao modo de Ralph Ellison, como o efeito mais perverso do racismo, *como metáfora de um estado de ser que apenas se revela quando outros se recusam a nos ver, a reconhecer nossa existência, a aceitar nossa presença e nossa contribuição para um mundo de significados.*³

³ Ver artigo de Dianne Pinderhughes neste número do Caderno CRH.